

Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental: articulação da política educacional para garantia de equidade no município de Marília (SP)

Cláudia Oliveira Pimenta¹

Resumo

A política educacional implementada na rede municipal de educação de Marília, no estado de São Paulo, na primeira década do século XXI, teve como foco a alfabetização de todas as crianças dos anos iniciais do Ensino Fundamental, apresentando impactos positivos em todos os anos desse segmento. Para tanto, essa rede de ensino traçou estratégias de intersetorialidade e intergovernabilidade, estabelecendo parcerias com os governos federal e estadual e, especialmente, desenvolveu ações articuladas entre a Secretaria Municipal de Educação e as escolas. Houve um forte investimento na formação dos profissionais da educação (docentes e gestores) e a dotação de coordenadores pedagógicos para todas as escolas de Ensino Fundamental, com definições claras de suas atribuições no sentido de orientar os professores em seus planejamentos semanais e apoiar a avaliação da aprendizagem cotidiana dos alunos, garantindo a relação entre o que o currículo estabelece, o que é planejado, o que é aprendido e o que ainda precisa ser ensinado. Implementou-se o planejamento de ensino de modo sistemático, com foco na reflexão sobre as práticas pedagógicas e no acompanhamento do desempenho/rendimento dos estudantes e de sua frequência. As avaliações internas e externas passaram a orientar intervenções pedagógicas. Destaca-se ainda o atendimento na Educação Infantil. Dentre os resultados obtidos, salienta-se o aprendizado adequado para um conjunto amplo de alunos, incluindo aqueles com menor nível socioeconômico, situação que se destaca quando comparada à da maioria das redes municipais com mais de 5 mil matrículas do estado de São Paulo, o que denotou maior nível de equidade educacional entre as escolas e estudantes e, portanto, redução de desigualdades escolares. Esse resultado foi alcançado concomitantemente à diminuição da distorção idade-série, da taxa de abandono e ao aumento da taxa de aprovação.

¹ Graduada em História pela PUC/SP, mestre e doutora em Educação pela Universidade de São Paulo. Pesquisadora na Fundação Carlos Chagas, professora de História na rede estadual de ensino de São Paulo, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Avaliação Educacional (Gepave) e da Rede de Estudos sobre Implementação de Políticas Públicas Educacionais (Reippe). Atua, principalmente, nos seguintes temas: avaliação educacional, política educacional, gestão educacional e educação infantil. E-mail: claudiapimenta68@gmail.com

Introdução

Esta sistematização baseia-se em duas pesquisas que tiveram como foco as políticas educacionais do município de Marília, quais sejam: pesquisa “Bons resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos” (FEUSP, 2010)² e a pesquisa de doutoramento “Justiça na escola e regulação institucional em redes de ensino do estado de São Paulo”, de autoria de Ribeiro (2012)³. Esses estudos explicitaram a política educacional implementada em Marília no período de 2009 a 2011, aproximadamente.

Na primeira década do século XXI, a rede municipal de educação de Marília construiu uma política educacional articulada, com foco na alfabetização dos alunos e alunas dos anos iniciais do Ensino Fundamental I, envolvendo os profissionais da Secretaria e das escolas, o que desencadeou um conjunto de ações articuladas, envolvendo a comunidade escolar e outros órgãos municipais, além de ter estabelecido parcerias com os demais entes da federação — estado e União. Esse conjunto de ações deriva do diagnóstico elaborado pela gestão municipal.

Por estar entre as três redes municipais mais justas do estado de São Paulo, Marília, como um caso exemplar, contribui para a reflexão e elaboração de políticas educacionais, na medida em que, à revelia de condições adversas (não está entre os municípios mais ricos do estado), foi capaz de distribuir o conhecimento de forma mais equitativa, com ações integradas e focadas no processo de alfabetização das crianças, garantido que estas aprendessem na idade correta.

Segundo Ribeiro (2012), Marília faz parte de um conjunto de 19 municípios paulistas composto por redes municipais com mais de 5 mil matrículas que, entre 2005 e 2007, conseguiram resultados que não podem ser explicados somente pelas suas condições socioeconômicas.

Ribeiro (2012, p. 11), à luz do princípio de equidade e tomando como referência o conceito de *igualdade de base* de Dubet (2009), que consiste em “um critério de justiça que exige que todas as crianças, na educação básica, adquiram um conhecimento comum”, analisou redes municipais paulistas com mais de 5 mil alunos matriculados para verificar quais poderiam

² Realizada nos anos de 2009 e 2010, a pesquisa foi conduzida pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, em parceria com a Universidade Federal da Grande Dourados e a Universidade Estadual do Ceará. Teve como objetivo identificar e analisar fatores que estavam contribuindo para a obtenção de resultados altos ou com variação positiva no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), nos anos de 2005 e 2007.

³ Pesquisa de doutorado que teve como objetivo “contribuir com a discussão sobre princípios e meios que têm potencialidade de tornar as redes de ensino de educação básica mais equitativas e, portanto, mais justas” (RIBEIRO, 2012, p. 126).

ser classificadas como mais justas e com distribuição mais equânime do conhecimento. Para a seleção do grupo de municípios que, no estado de São Paulo, indicavam essa distribuição, a autora fez uso das seguintes variáveis: média do nível socioeconômico (NSE) dos alunos; médias dos estudantes da 4ª série/5º ano do Ensino Fundamental, na proficiência de Matemática, medida na Prova Brasil 2007, e “coeficientes de variação de desempenho em Matemática dos alunos das redes estudadas também com base nas medidas da Prova Brasil 2007” (RIBEIRO, 2012, p. 132). A autora realizou cálculos com base nessas variáveis, para as redes municipais do estado de São Paulo, divididas em três grupos distintos: com até mil alunos matriculados; entre mil e 5 mil; e mais de 5 mil. Os dados denotam que, quanto maior a rede, mais difícil se torna o enfrentamento da desigualdade escolar, como indicam as informações constantes na Tabela 1.

Tabela 1 – Equidade nas redes municipais (SP) observada por meio de informações provenientes da Prova Brasil 2007 e seus questionários associados (4ª série/5º ano EF)

Equidade nas redes municipais de SP	Total	Até mil matrículas	Mil a 5 mil matrículas	Mais de 5 mil matrículas
Média do coeficiente de variação em Matemática	0,214	0,211	0,215	0,223
Média do desempenho em Matemática no tercil mais baixo do NSE	182,51	183,03	183,11	178,58
% de alunos tercil NSE baixo com 200 +	48	50,61	49,33	44,08
% de alunos tercil NSE baixo 225+	28,93	32,28	29,63	24,89
Nº total alunos da 4ª série do EF tercil NSE Baixo dentre os que fizeram Prova Brasil 2007 em SP	116.078	14.991	31.911	69.176
% total alunos 200+	49,56	55,51	55,54	46,44
% total de alunos 225+	30,84	37,4	36,07	27,91
Nº total de alunos da 4ª série do EF que fizeram Prova Brasil 2007 em SP	345.047	34.396	84.067	226.594

Fonte: Elaborada por Ribeiro (2012, p. 203), com base em Inep. Microdados da Prova Brasil 2007 e Censo Educacional 2005.

Por meio de análise de agrupamentos pautada nas mesmas variáveis, Ribeiro (2012) chegou a quatro distintos grupos de municípios, à época, com mais de 5 mil matrículas. As características de cada grupo estão registradas no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 – Características dos agrupamentos no que tange às três variáveis utilizadas para análise: NSE, Desigualdade Escolar (CV em Matemática), Desempenho em Matemática

Agrupamentos	Características
Grupo 1 NSE e desempenho dentre os mais baixos e desigualdades escolar dentre as mais altas.	Congrega os municípios que possuem os alunos com mais baixo NSE, uma das menores médias de desempenho em Matemática e a segunda maior média em termos de medida de dispersão dos desempenhos (CV em Matemática).
Grupo 2 NSE dentre os mais altos; desempenho dentre os mais baixos; e mais alta desigualdade escolar.	Grupo com a segunda maior média em termos de NSE dos municípios; uma das menores médias de desempenho em Matemática e a maior média de CV.
Grupo 3 NSE entre os mais baixos; menor desigualdade escolar; maior média do desempenho dos alunos.	Esse grupo compreende os municípios com uma das menores situações socioeconômicas dos alunos, porém com a melhor situação em termos de média de desempenho dos alunos e de desigualdade escolar (média dos CVs dos desempenhos dos alunos). Ou seja, com alunos de situação socioeconômica menos favorável que outros grupos, consegue níveis melhores de desigualdade escolar e também de desempenho dos alunos.
Grupo 4 Mais alto NSE; desigualdade escolar um pouco mais acentuada que o grupo 3; médias de desempenho dos alunos dentre as mais altas.	Contém as redes com maior média de NSE, segunda maior média de desempenho em Matemática e segunda menor média de coeficiente de variação. Em relação ao grupo 3, esse Grupo apresenta maior desigualdade de desempenho dos alunos num contexto socioeconômico mais favorável. A média de desempenho em Matemática é também um pouco menor.

Fonte: Ribeiro (2012, p. 211).

O município de Marília foi classificado no grupo 3, indicado pela autora como sendo aquele em que o NSE está entre os mais baixos, porém, que apresenta menor desigualdade escolar e maior desempenho dos alunos. Ou seja, encontra-se no grupo mais equitativo, composto por 19 municípios, que apresenta maior proficiência dos alunos do Ensino Fundamental I, em Matemática, com menor variação das notas e com o segundo menor NSE (Tabela 2).

Tabela 2 – Média dos desempenhos dos alunos no tercil de NSE mais baixo, segundo os grupos de municípios criados para representar maior ou menor equidade na rede escolar

	Média Desempenho dos alunos Matemática menor tercil NSE	Desvio padrão	Erro padrão	Intervalo de confiança de 95% para a média	Mínimo	Máximo	N
Total	195,866	9,910	1,193	[193,485; 198,246]	177,993	221,051	69
G1	185,919 ^(A)	6,071	1,622	[182,414; 189,424]	177,993	202,151	14
G2	187,980 ^(A)	6,315	1,904	[183,738; 192,223]	180,834	199,873	11
G3	205,504 ^(C)	7,705	1,768	[201,791; 209,218]	195,692	221,051	19
G4	197,580 ^(B)	5,858	1,172	[195,162; 199,999]	184,296	209,453	25

(A), (B) e (C) apresentam médias distintas segundo comparações múltiplas de Duncan a um nível de significância de 5%. Anova – $F_{3,65}=30,57$ ($p<0,0001$).

Fonte: Elaborada por Ribeiro (2012, p. 213), com base em Inep. Microdados da Prova Brasil 2007 /questionários associados.

Os elementos que compuseram a política educacional de Marília, no período estudado, dizem respeito ao investimento nos recursos humanos da Secretaria e das escolas; à estruturação curricular; ao planejamento das ações administrativas e pedagógicas; ao monitoramento e avaliação da aprendizagem e do desempenho dos estudantes e das ações pedagógicas; e à articulação intersetorial e intergovernamental.

Para efeito desta sistematização, além do Relatório Final e do Sumário Executivo de Marília, produzidos pela equipe da Pesquisa Ideb e da tese de doutorado de Ribeiro (2012), coletaram-se dados e informações em bases de dados consolidadas por órgãos dos governos federal e estadual (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira [Inep]; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE]; Datasus; Cadastro Geral de Empregados e Desempregados [Caged] e Fundação Seade), bem como pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud).⁴ O texto está organizado de modo a apresentar, na sequência: dados do contexto social, político, econômico e educacional de Marília; o desenho da política e ações de sua implementação; e os resultados obtidos.

1. Contexto

De acordo com *site* oficial da Prefeitura Municipal de Marília⁵ (MARÍLIA, 2019), esse município “encontra-se na região Centro-Oeste Paulista, na parte mais ocidental da Serra de Agudos”. A área total do município é de “1.194 km²; sendo 42 km² de área urbana e 1.152 km² de área rural. Situa-se, em relação à capital do estado, a 443 km por rodovia; 529 km por ferrovia e 376 km em linha reta. Duas rodovias estaduais e uma federal — a Comandante João Ribeiro de Barros (SP-294), Dona Leonor Mendes de Barros (SP-333) e a Transbrasiliana (BR-153) cortam seu território. Possui aeroporto com voos regulares para São Paulo e Presidente Prudente”.

O portal IBGE Cidades apresenta breve histórico da constituição do município:

Em 1913, o Governo do Estado encarregou o Coronel Antônio Carlos Ferraz de Sales de abrir uma estrada ligando Presidente Pena, hoje Cafelândia, na Noroeste, e Platina, na Sorocabana. Aberta a estrada, Cincinato César da Silva Braga adquiriu as terras que margeavam o espigão divisor das Bacias Peixe e Tibiriçá, denominando-a Cincinatina, e determinou que nelas fossem plantadas 10.000 pés de café. Muitos imigrantes chegaram à região, sobretudo os de origem japonesa, italiana, espanhola e síria. Em 1923, o lusitano Antônio Pereira da Silva e seus filhos adquiriram 53 alqueires e procederam a um

⁴ Cabe informar que encontramos, para algumas dimensões, dados que abrangem um período maior (2002 a 2010; 2000 a 2006 e 2008 a 2014) e, para outras, apenas dados dos anos 2000 e 2010, para os quais há dados consolidados do Censo Demográfico do IBGE.

⁵ Disponível em: <http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/index.html>. Acesso em: 16 jan. 2012.

loteamento para formação do povoado que passou a ser denominado Alto do Cafezal. Ao lado do Alto do Cafezal, floresceu o patrimônio da Vila Barbosa, aberto por Vasques Carrión. Em 1925, Bento de Abreu Sampaio Vidal abriu um terceiro patrimônio nas vertentes de Cincinatina, posteriormente transformado em Distrito, em 1936, com o nome de Lácio. Sampaio Vidal, em 1926, cedeu terras para as instalações da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, que começava a avançar pela região. Em 22 de dezembro do mesmo ano, o povoado foi elevado a Distrito, incorporando os três patrimônios. Em 1928, foi inaugurada a estação da ferrovia, com o nome de Marília. O nome, por sugestão de Sampaio Vidal, inspirado na obra de Thomaz Antônio Gonzaga, "Marília de Dirceu", foi dado pela Companhia, que a partir de Piratininga, seguia uma ordem alfabética. (IBGE, 2019).

Segundo o Censo Demográfico de 2010, do IBGE (2010), Marília possui população de 216.745 pessoas, sendo que a maioria (aproximadamente 96%) residia na zona urbana, desde pelo menos 2000, conforme se pode observar na tabela a seguir.

Tabela 3 – População total, urbana e rural de Marília em 2000 e 2010

Ano	Total	Urbana	%	Rural	%
2000	197.342	189.719	96,0	7.623	4,0
2010	216.745	207.021	95,5	9.724	4,5

Fonte: Elaborada por Ribeiro (2012, p. 156), com base em IBGE Cidades e Censo 2000 e 2010.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de Marília, em 2000, era de 0,821, praticamente equivalente ao do estado de São Paulo (0,820) e superior ao do país (0,766). Pela classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), trata-se de um índice que situa o município entre aqueles com IDHM alto (PNUD, 2012).

De acordo com o IBGE (2010), em 2000, a renda *per capita* mensal de Marília era de R\$ 356,90: menor do que a média do estado de São Paulo (R\$ 442,67) e maior que a média do Brasil (R\$ 297,23).

O Índice de Gini⁶ de Marília, de acordo com o IBGE [2010?d], para 2003, era de 0,43. Pouco inferior ao do estado de São Paulo e significativamente menor que o do Brasil (0,55).

A Tabela 4 mostra que, segundo o IBGE (2010), em 2000, Marília já apresentava bons níveis de infraestrutura para seus 55.740 domicílios particulares permanentes. Na última década houve expansão da cobertura dos serviços de infraestrutura, de tal modo que em 2010 alcançava 100%, em todos os itens, de um número bem maior de domicílios permanentes: 68.716.

⁶ Mede o grau de desigualdade na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar *per capita* e varia de 0, quando não há desigualdade, a 1, quando a desigualdade é máxima.

Tabela 4 - Infraestrutura básica em Marília/SP

Infraestrutura	Censo 2000	Censo 2010
Domicílios particulares permanentes	55.740	68.716
Coleta de lixo	95,7	100%
Abastecimento de água	96,2	100%
Esgoto sanitário ou pluvial	93,5	100%

Fonte: Elaborada por Ribeiro (2012, p. 156), com base em IBGE Cidades. Censo 2000 e 2010.

O PIB *per capita* de Marília, em 2008, foi de R\$ 13.679,94. Número inferior à média do estado de São Paulo (R\$ 24.468,86) e do Brasil (R\$ 15.989,75) no mesmo ano (IBGE, (2010).

A Pesquisa Ideb (UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, 2011), a partir do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged – sistema criado no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego), aponta uma população economicamente ativa de 98.092 habitantes no ano 2000, concentrada, principalmente, na área de serviços. O número de empregos formais em dezembro de 2007 se configurava da seguinte forma:

- 16.129 em serviços, com remuneração média de R\$ 1.368,30.
- 11.354 na indústria de transformação, com remuneração média de R\$ 1.383,49.
- 11.296 no comércio, com remuneração média de R\$ 1.368,30.
- 4.813 na administração pública, com remuneração média de R\$ 1.654,73.
- 2.959 na construção civil, com remuneração média de R\$ 496,75.
- 10 na agropecuária, com remuneração média de R\$ 597,05.
- 503 em serviços industriais de utilidade pública, com remuneração média de R\$ 1.779,23.

O Índice Paulista de Vulnerabilidade Social (IPVS)⁷, calculado pela Fundação Seade, indica que no ano de 2010, 27,3% da população que vivia em área urbana encontrava-se em situação de média vulnerabilidade social, contra 19,2% no estado de São Paulo. Em situação de alta vulnerabilidade social havia 6,2% da população mariliense, metade do percentual indicado para o estado de São Paulo, que era de 11,1%. O detalhamento está registrado na Tabela 5⁸.

⁷ “O IPVS é uma tipologia que classifica os municípios do Estado de São Paulo em grupos de vulnerabilidade social a partir de uma combinação entre as dimensões demográfica e socioeconômica. Considerando um conjunto de variáveis, esse indicador permite melhor identificar os fatores específicos que produzem a deterioração das condições de vida numa comunidade, auxiliando na definição de prioridades para o atendimento da população mais vulnerável.” Disponível em: <http://www.iprs.seade.gov.br/ipvs2010/view/pdf/ipvs/metodologia.pdf>. Acesso em: 12 maio 2019.

⁸ Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

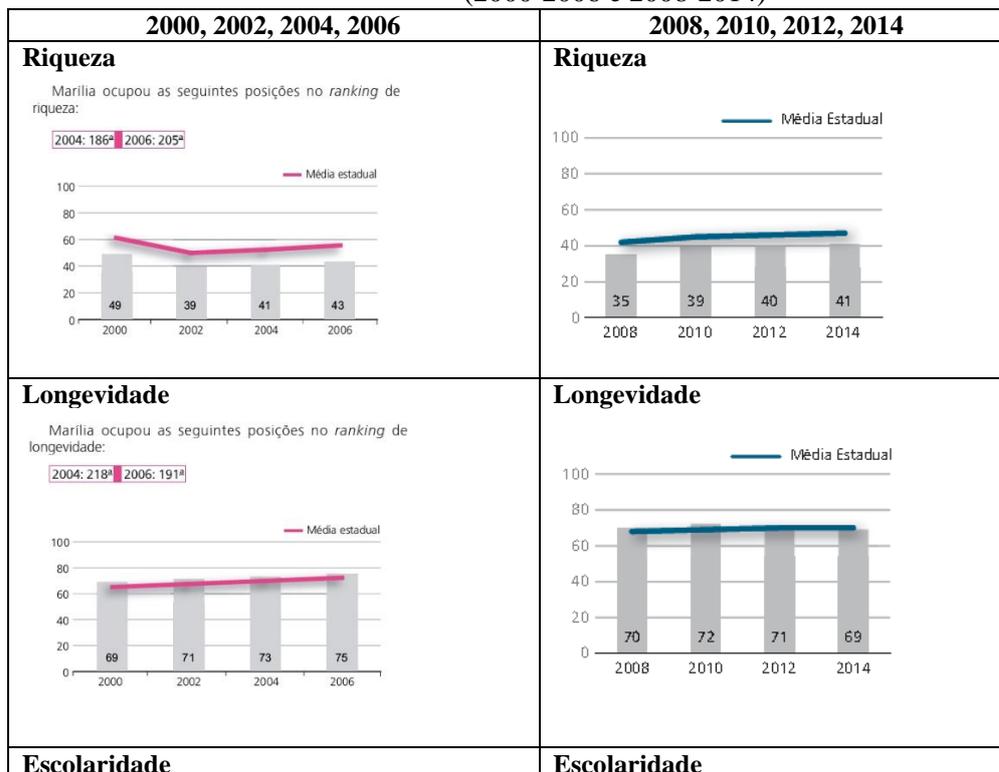
Tabela 5 – Percentuais do Índice Paulista de Vulnerabilidade Social, Marília, 2010

Grupos	Classificação	% população exposta	
		Marília	Estado de SP
Grupo 1	Baixíssima vulnerabilidade	6,1%	6,1%
Grupo 2	Vulnerabilidade muito baixa	44,3%	40,1%
Grupo 3	Vulnerabilidade baixa	14,5%	18,0%
Grupo 4	Vulnerabilidade média (urbanos)	27,3%	19,2%
Grupo 5	Vulnerabilidade alta (urbanos)	6,2%	11,1%
Grupo 6	Vulnerabilidade muito alta (aglomerados subnormais urbanos)	1,5%	4,4%
Grupo 7	Vulnerabilidade alta (rurais)	0,1%	1,0%

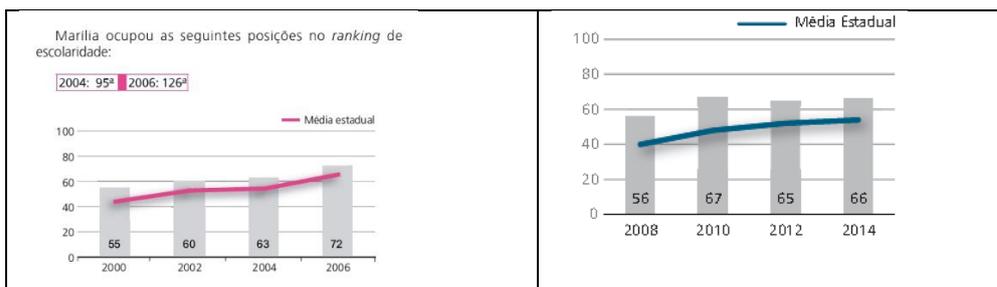
Fonte: Fundação Seade/Perfil Municipal.

De acordo com a Fundação Seade, se levado em conta o Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS)⁹, entre os anos de 2000 e 2006 e entre 2008 e 2014, Marília pertence ao grupo de municípios com nível de riqueza baixo, mas com bons indicadores sociais. Em relação à escolaridade de sua população, por exemplo, o resultado de Marília é maior que o do estado de São Paulo tanto no primeiro quanto no segundo período analisado. A Figura 1, a seguir, ilustra essa situação.

Figura 1 – Indicadores de riqueza, longevidade e escolaridade do IPRS de Marília (2000-2006 e 2008-2014)



⁹ O IPRS é um índice que caracteriza os “municípios paulistas no que se refere ao desenvolvimento humano, por meio de indicadores referentes à renda, longevidade e escolaridade”. Disponível em: <http://catalogo.governoaberto.sp.gov.br/dataset/20-indice-paulista-de-responsabilidade-social-iprs>. Acesso em: 12 maio 2019.



Fonte: Fundação Seade/Perfil Municipal.

As informações acima descritas revelam que o município de Marília, ainda que apresente níveis de riqueza mais baixos que seus pares paulistas, renda *per capita* menor que a média do estado de São Paulo e aproximadamente 40% da população em situação de média a alta vulnerabilidade social, obteve bons resultados em indicadores educacionais que compõem o cálculo do IDHM e do IPRS. Essa constatação, somada aos resultados obtidos no Ideb — que demonstraremos mais adiante —, evidenciam esforços no sentido de garantir maior equidade educacional, a despeito da situação econômica e social do município.

1.1 Contexto político

Em relação ao contexto político de Marília, à época das investigações realizadas, o prefeito do município (PDT) já estava em seu segundo mandato (2009-2012), tendo atuado como vice-prefeito entre 2001 e 2004 e, também, como secretário de Governo e Desenvolvimento nos anos de 2003 e 2004. Pedagogo com habilitação em Administração Escolar, atuou na rede pública de ensino durante 25 anos e no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) por 21 anos, além de ter sido professor na Universidade de Marília (Unimar).

A secretária de Educação, formada em Educação Física e Pedagogia, com pós-graduação em Psicopedagogia e Gestão Pública, ingressou na rede municipal de ensino como diretora, via concurso público. A indicação para a Pasta parece ter sido de natureza técnica, visto que a secretária não exerceu outros cargos políticos anteriores à sua atuação na Secretaria de Educação. Seu primeiro mandato como secretária foi de 2001 a 2004, tendo permanecido no cargo nos mandatos de 2005 a 2008 e 2009 a 2012.

A permanência da secretária e da maior parte de sua equipe por dez anos, à frente da Secretaria Municipal de Educação, independentemente da troca de governos municipais, colaborou para a continuidade da política educacional com foco na qualidade da educação. Além desse aspecto, o apoio do prefeito e dos vereadores ao trabalho realizado na rede municipal de ensino constituiu-se em fator relevante para a implementação dessa política.

1.2 Dados gerais do sistema educacional

O município de Marília possui Sistema Municipal de Ensino, criado em 27 de maio de 1998, pelo Conselho Estadual de Educação. Entretanto, sua regulamentação ocorreu somente em 19 de fevereiro de 2019, por meio da aprovação da Lei Municipal n. 8.354. Possui, ainda, Conselho Municipal de Educação, Conselho de Alimentação e Conselho do Fundeb.

Segundo o Censo Escolar 2011 (INEP, 2011a), a maior parte das matrículas dos anos iniciais do Ensino Fundamental pertencia à rede pública municipal (7.707). Entretanto, ainda havia um número significativo de alunos matriculados também na rede estadual (2.602). Nos anos finais, a matrícula estava totalmente concentrada na rede estadual de ensino. Na rede privada havia 2.839 matrículas nos anos iniciais e 3.451 nos anos finais do Ensino Fundamental. No total, havia, em 2011, 13.148 crianças matriculadas nos anos iniciais do Ensino Fundamental na rede de ensino de Marília, e 14.746 nos anos finais do Ensino Fundamental (Tabela 6).

Tabela 6 – Matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental em Marília, segundo a dependência administrativa – 2011

Dependência	Educação Infantil		Ensino Fundamental	
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais
Estadual	17	5	2.602	11.295
Municipal	4.129	4.539	7.707	0
Privada	770	683	2.839	3.451
Total	4.916	5.227	13.148	14.746

Fonte: Elaborada por Ribeiro (2012, p. 167), com base em dados do Inep. Censo da Educação Básica 2011.

As escolas privadas de Educação Infantil, sediadas em Marília, atendiam, em 2011, a um número bem pequeno de crianças tanto em creche como em pré-escola (770 e 683, respectivamente), se comparado ao número de matrículas existentes na rede pública municipal de ensino (4.129 e 4.539, respectivamente). Enquanto isso, a rede estadual mantinha número bastante reduzido de matrículas na Educação Infantil (22).

Conforme a Tabela 7, em 2011, a rede privada mantinha a maior quantidade de matrículas em educação especial, nos anos iniciais do Ensino Fundamental: 253, contra 83 na rede municipal e 93 na rede estadual. Nos anos finais, as matrículas concentravam-se na rede estadual. Já na Educação Infantil, o atendimento centralizava-se na rede municipal, tanto na creche quanto na pré-escola.

Tabela 7 – Matrículas em educação especial (alunos de escolas especiais, classes especiais e incluídos), na Educação Infantil e no Ensino Fundamental em Marília, por dependência administrativa - 2011

Dependência Administrativa	Educação Infantil		Ensino Fundamental	
	Creche	Pré-escola	Anos Iniciais	Anos Finais
Estadual	1	0	93	166
Municipal	26	52	83	0
Privada	1	17	253	14
Total	28	69	429	180

Fonte: Elaborada por Ribeiro (2012, p. 168), com base em dados do Inep. Censo da Educação Básica 2011.

Como se pode notar na Tabela 8, a taxa de escolarização bruta na pré-escola, em Marília, era de 95%, em 2011, considerando-se as informações do Ministério da Educação (BRASIL, 2012) e do Censo Escolar 2010 (INEP, 2011). Comparando-a com números de 2009, organizados pelo Todos pela Educação (2011), vê-se uma situação bastante positiva no município (a taxa de escolarização bruta na pré-escola no Sudeste era de 65,2% e a do Brasil, 62,5%). Os dados da Tabela 8 evidenciam que em Marília havia, em 2010, um forte investimento em creche comparativamente ao país: a taxa bruta de escolarização em creche era de 47% nesse município, contra uma taxa de frequência à creche, no Brasil, de apenas 18,4%, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2010).

Tabela 8 – Taxa de escolarização bruta: creche, pré-escola e Ensino Fundamental em Marília - 2010

	Educação Infantil		Ensino Fundamental
	Creche	Pré-escola	
Matrícula 2010*	4.655	5292	28.499
População 2010**	9.916 (0 a 3 anos)	5.323 (4 a 5 anos)	27.514 (6 a 14 anos)
Taxa de escolarização bruta***	47%	95%	103,64%

Fonte: *Elaborada por Ribeiro (2012, p. 168), com base em ***Inep, 2011a; **Brasil. Ministério da Educação, 2012.

A rede de ensino municipal de Marília contava, em 2007, com 39 estabelecimentos educacionais de Educação Infantil. Já em 2010, segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2012), esse número caiu para 36, sendo um localizado na zona rural. No Ensino Fundamental, havia 19 estabelecimentos nesse mesmo ano, e nenhum deles se localizava na zona rural. A taxa de escolarização bruta (que considera as matrículas no Ensino Fundamental e população de 6 a 14 anos), nessa etapa, era de 103,64% (INEP, 2011a; BRASIL, 2012).

Segundo o Ministério da Educação (BRASIL, 2012), no ano de 2010, Marília contava com 349 funções docentes na rede municipal dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que 85,7% dos docentes tinham nível superior, menos de 1% tinham ensino médio e 13,7% contavam com normal médio (Tabela 9).

Tabela 9 – Número de docentes e formação, anos iniciais do Ensino Fundamental, rede municipal, Marília, 2010

Formação	Número de professores	Percentual
Com licenciatura	299	85,7
Com graduação	299	85,7
Com Ensino Médio	2	0,6
Com normal médio	48	13,7
Sem Ensino Médio	-	0
Total	349	100

Fonte: Elaborada por Ribeiro (2012, p. 169), com base em Brasil - Ministério da Educação: Indicadores Demográficos e Educacionais.

1.3 Estrutura da Secretaria Municipal de Educação: foco no processo pedagógico

Em 2009, a Secretaria Municipal de Educação de Marília estava organizada em quatro níveis, a saber: i) primeiro nível – áreas diretivas: gabinete, gestão escolar e gestão administrativa; ii) segundo nível – diretorias: com equipe pedagógica de Educação Básica (supervisor escolar e assistentes técnicos de área), assessoria (assessor especial de políticas educacionais, assessor jurídico e assessor de gestão estratégica) e equipe administrativa da Educação Básica, com vários cargos administrativos; iii) terceiro nível: almoxarifado e patrimônio; protocolo e recepção; controle de pessoal; manutenção; núcleo de informática; setor de transportes; divisão de alimentação escolar; núcleo de apoio psicopedagógico; e o Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM); e iv) quarto nível: escolas (Emef, Emefei e Emei).

De acordo com Ribeiro (2012), do ponto de vista da organização administrativa, a Secretaria da Educação de Marília estava provida de organograma; contava com departamentos, funções, papéis e hierarquias definidos; possuía número razoável de técnicos responsáveis pela área pedagógica, os quais faziam a orientação das escolas. A equipe pedagógica totalizava 14 pessoas, mais que o dobro da equipe administrativa da Secretaria Municipal de Educação, que era composta por seis membros. O foco do trabalho era o acompanhamento do processo pedagógico junto às escolas, em que cada um possuía uma atribuição específica. Essa equipe era formada por professores que se destacaram em sua atuação nas unidades escolares. A qualidade dos recursos humanos era boa, considerados os indicadores selecionados: 100% dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental tinham estabilidade, segundo depoimentos da secretária de Educação. E, em 2010, aproximadamente 90% deles tinham curso superior (BRASIL, 2012)¹⁰. A Secretaria organizava reuniões semanais ou quinzenais com diretores ou

¹⁰ Embora esse dado possa ser indicador de qualidade de recursos humanos, cabe observar que depoimentos afirmaram que há problemas com a formação dos professores diante do objetivo da aprendizagem das crianças.

coordenadores pedagógicos. Essa informação foi obtida na Secretaria e confirmada espontaneamente pelos diretores e coordenadores pedagógicos entrevistados. Ribeiro (2012, p. 263) afirma ainda que

[...] em Marília, chama a atenção o fato de as funções dos departamentos terem sido estrategicamente distribuídas no espaço: o local destinado à área pedagógica fica entre a sala da secretária e o setor administrativo. Além disso, há, na porta do prédio, uma espécie de guarita na qual as escolas podem deixar documentos. Ou seja, se não há necessidade de conversar, o representante da escola não precisa entrar no prédio para deixar um documento, basta entregá-lo na guarita.

1.4 Desenho da política e as estratégias implementadas

A política educacional implementada pelo município de Marília, na primeira década do século XXI, teve como foco principal a alfabetização. Os estudos realizados sobre o município trazem indícios de que as estratégias adotadas no âmbito da política da rede municipal de educação de Marília contribuíram para o alcance de maior equidade educacional. Tais estratégias referem-se a: investimento na formação dos profissionais da educação (docentes e gestores); existência de coordenadores pedagógicos em todas as escolas de Ensino Fundamental, com a atribuição de orientar os professores em seus planejamentos semanais, no acompanhamento da aprendizagem dos alunos e no cumprimento do currículo; estruturação do currículo com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, com definição clara de objetivos; planejamento sistemático, elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto e das ações educativas das escolas; acompanhamento do desempenho/rendimento dos estudantes e de sua frequência; ações de intersetorialidade e intergovernabilidade. Essas estratégias são detalhadas a seguir.

Investimento na formação dos profissionais da educação (docentes e gestores)

Em 2009, a maior parte da equipe da Secretaria, além de possuir curso superior, já havia realizado curso de pós-graduação em Educação e/ou Gestão Pública, sendo composta por pessoas selecionadas tecnicamente, dentre os professores da rede, e com conhecimento da realidade local.

O corpo docente era formado por professores concursados, na sua totalidade. Parte dos docentes, além do Ensino Superior, havia estudado também no Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério (Cefam), reconhecido por suas qualidades positivas na formação de docentes do Ensino Fundamental I e Educação Infantil.

A rede investia na formação continuada dos professores, buscando articular teoria e prática, dado que a Secretaria identificou dificuldades dos docentes para aliar ambas as dimensões. Nesse contexto, a Secretaria proporcionava encontros entre os docentes das diferentes unidades escolares para socialização de experiências exitosas. No âmbito de cada escola, os professores do Ensino Fundamental possuíam uma jornada de trabalho de 27 horas, sendo 25 em sala de aula e duas reservadas para estudos coletivos, sob orientação dos coordenadores pedagógicos.

Os diretores das unidades, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental, eram concursados e recebiam formação sobre gestão escolar, cujo propósito era dissipar a visão autoritária e paternalista de gestão existente na rede e revelar uma prática de autoridade com responsabilidade. De acordo com o assessor principal da secretária, os cursos tiveram um efeito positivo sobre a forma de ver e atuar dos diretores.

De acordo com Ribeiro (2012, p. 64), a Secretaria de Educação de Marília possuía “capacidade técnica para organizar e realizar cursos, orientações e acompanhamento pedagógico das escolas” e fazia uso de convênios e parcerias com o estado e a União, universidades e organizações não governamentais para esse fim.

Existência de coordenadores pedagógicos em todas as escolas de Ensino Fundamental, com a atribuição de orientar os professores em seus planejamentos semanais

Cada escola possuía um coordenador pedagógico que era compreendido, segundo depoimentos coletados na Secretaria, como o elo entre essa instância e as escolas. De acordo com um dos assessores entrevistados, a existência de um coordenador por unidade escolar teria sido uma das principais medidas adotadas para a melhoria do desempenho dos estudantes.

Uma das metas dos coordenadores pedagógicos da rede, expressa pela coordenadora pedagógica da escola visitada pela Pesquisa Ideb, era a de garantir que todos os alunos do 2º ano fossem alfabetizados. Segundo ela, a escola oferecia reforço escolar no contraturno das aulas e desenvolvia projetos diferenciados para as crianças com maiores dificuldades. Além disso, Ribeiro (2012, p. 280), com base em documento da Secretaria de Educação de Marília, apontou que os coordenadores possuíam outras metas relativas, tais como:

Reduzir o índice de alunos retidos por frequência de 0,8% para zero e manter o índice zero de evasão; elevar o índice de alunos alfabetizados de 96,2% para 100%; reduzir de 1,3 para zero o índice de defasagem idade/série; elevar o índice de progressão de 98,4% para 100%; elevar para nível superior a 80%

os índices de aproveitamento no desempenho dos alunos nas avaliações internas e externas; elevar a participação da família no acompanhamento dos processos educativos vividos pelas crianças para 100% de presença (MARÍLIA, 2009a, p. 2 apud RIBEIRO, 2012, p. 280).

Nesse sentido, os coordenadores desenvolviam as seguintes ações: orientar os professores na elaboração de seus planejamentos semanais do trabalho pedagógico, registrados em um documento denominado “Semanário”, nos horários de Estudos em Conjunto (EC); observar a ação pedagógica em sala de aula; acompanhar de modo contínuo e individualizado a aprendizagem dos alunos em colaboração com os professores, detectando crianças que corriam o risco de não estarem alfabetizadas na 2ª série; realizar conversas individuais com os professores. Para tanto, recebiam formação e orientação da Secretaria Municipal de Educação, quinzenalmente.

Estruturação do currículo baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais

Em 2002, Marília construiu um documento de referências curriculares para a rede municipal, baseado nos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), em que há objetivos e um diagrama de conteúdos bimestral para série/ano, nas seguintes disciplinas: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia e Educação Física. A rede utilizava livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), cuja escolha era efetuada conjuntamente pelos coordenadores pedagógicos das escolas e a equipe técnica da Secretaria.

A Secretaria investiu em orientação pedagógica e projetos para melhorar a aprendizagem dos alunos com deficiência. Para eles, além dos conteúdos previstos no currículo, eram oferecidas outras oportunidades de aprendizagem, tais como marcenaria e computação. De acordo com o assessor principal, esses alunos — que tinham entre 14 e 15 anos — não só aprenderam a ler e escrever como também conseguiram acessar o mercado de trabalho.

As escolas de Ensino Fundamental de Marília possuíam, também, laboratórios de informática equipados com 20 computadores e contavam com monitores concursados. Os alunos tinham aulas semanais, planejadas conjuntamente entre o monitor, o coordenador e o professor, e contribuía na dinamização das atividades curriculares. De acordo com o assessor, os alunos desenvolviam projetos, estimulados pela rede e sob orientação dos professores e monitores.

Planejamento, elaboração, acompanhamento e avaliação do projeto educativo das escolas

A rede municipal de educação de Marília realizava seu planejamento todos os anos, organizando os processos e rotinas, tanto no âmbito da Secretaria quanto no da escola, e sistematizava-o em um documento, dividido por áreas, em que constavam os objetivos, metas, ações, responsáveis e avaliação.

O acompanhamento e a avaliação da política educacional do município eram realizados por meio do monitoramento das ações desenvolvidas pelas escolas, com a realização de visitas bimestrais, mensais ou até semanais dos técnicos da Secretaria às unidades, com o propósito de acompanhar a implementação do projeto político-pedagógico e problematizar questões junto aos docentes e coordenadores pedagógicos. Nessas visitas, os técnicos analisavam os semanários dos professores e os portfólios dos estudantes, conversavam com os profissionais e identificavam o clima da escola para daí formularem, em conjunto com eles, propostas específicas para cada unidade.

Além disso, a equipe da Secretaria se reunia com os coordenadores pedagógicos, quinzenalmente, para tratar de questões pedagógicas, e mensalmente, com os diretores, para discutirem assuntos pedagógicos e administrativos. A depender da necessidade, as reuniões com os diretores poderiam ocorrer mais vezes no mês. Os professores alfabetizadores também participavam de reuniões sistemáticas com os técnicos da Secretaria.

De acordo com Ribeiro (2012), o papel da Secretaria é assessorar as escolas em seu planejamento, contribuindo para a efetivação dos projetos das unidades e de sua identidade, por meio da implementação de suas propostas pedagógicas.

Nessa perspectiva, o planejamento era efetuado para dar suporte às escolas no desenvolvimento de seus projetos, levando em conta suas necessidades administrativas e pedagógicas. De acordo com a secretária de Educação, verificavam-se as necessidades das unidades escolares em relação a materiais, observando-se as especificidades da Educação Infantil e do Ensino Fundamental e, também, os processos de gestão.

Tendo como foco a alfabetização de todas as crianças, as unidades escolares elaboravam seu plano de trabalho articulado ao projeto político-pedagógico (PPP), com projeção de metas, e recebiam acompanhamento sistemático da equipe técnica da Secretaria, por meio de visitas constantes às escolas. Vale destacar que o PPP das escolas era específico e autônomo, mas norteado por parâmetros gerais da rede. Em relação às metas, o assessor principal assinalou que essas eram atreladas ao projeto pedagógico da escola, não apenas em função da melhoria do Ideb, mas, principalmente, do ensino.

A relação entre planejamento e currículo se expressava na elaboração de um “Semanário”, que se constituía em um instrumento no qual os professores registravam seu planejamento semanal, sob orientação dos coordenadores pedagógicos, e que os auxiliava na organização do tempo em sala de aula. No semanário deveriam constar: os conteúdos necessários e previstos para a semana; a avaliação do que foi tratado na semana anterior; a reprogramação do que não foi possível trabalhar; a pertinência do que estava sendo tratado com o que cada turma necessitava aprender; a identificação das dificuldades dos alunos e ações para saná-las. Esse movimento permitia aos docentes refletirem sobre sua prática pedagógica e, ao mesmo tempo, readequá-la.

Na escola visitada pela equipe da Pesquisa Ideb, além do planejamento minucioso das atividades e ações pedagógicas, a diretora assinalou que a escola deve garantir a aprendizagem de todas as crianças. Em suas palavras: “Não pode escapar nenhum [aluno] de aprender. Não é porque a família tem problema. Não dá, tem que aprender, é o objetivo da escola. Não pode escapar nenhum”. Essa afirmação parece indicar um forte senso de responsabilidade em torno da garantia da aprendizagem para todos, o que pode contribuir sobremaneira para a diminuição das desigualdades educacionais.

Outro elemento importante do planejamento relaciona-se à atribuição das turmas aos docentes, em que há orientações para que os diretores estimulem os melhores professores a assumirem as classes de alfabetização.

Planejamento sistemático da ação educativa, com base na análise dos resultados obtidos nas avaliações formuladas pela rede

Para o acompanhamento e avaliação da aprendizagem, a rede possui duas avaliações próprias, organizadas no âmbito da Secretaria: o Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar de Marília (Sarem) e o Sistema de Avaliação do Rendimento através da Informática e Desafio de Matemática (Sarinfo).

O Sarem foi criado em 2004, com o objetivo de produzir informações sobre as deficiências de cada turma, escola e da rede. Era aplicado anualmente, ao final do primeiro semestre letivo, para os alunos do 5º ano do Ensino Fundamental. A prova era composta por dez questões de Matemática e dez de Língua Portuguesa, além de uma redação. De acordo com o assessor principal, “o Sarem é elaborado com base nos projetos educativos das escolas”.

Para a aplicação, cada escola recebia um documento com orientações relativas aos horários de aplicação, regras e atribuições dos diferentes atores (coordenador da Secretaria de

Educação, diretor da escola, coordenador pedagógico, auxiliar de direção e o professor aplicador). Os professores do 5º ano do Ensino Fundamental trocavam de turma para aplicar as provas.

Os resultados da avaliação eram discutidos entre a equipe da Secretaria e os coordenadores pedagógicos das escolas, questão por questão. Produziam-se planilhas com dados por escola, classe, turma e aluno, que não circulavam entre as escolas, para evitar comparações. Cada escola recebia um relatório, com exame de cada uma das questões, indicando quantos alunos acertaram, quantos erraram e quais foram os erros cometidos. Para a redação, os critérios estabelecidos eram: a proposta, estrutura, coerência e coesão, ortografia e vocabulário. Os resultados eram discutidos entre diretores, professores e pais.

Após a identificação das dificuldades, pela avaliação, a rede realizava cursos de formação específicos, com ênfase em Matemática, alfabetização e letramento, bem como em História e Geografia. Para isso, buscava contratar especialistas nessas áreas, por exemplo, professores da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp) do campus de Marília. Ademais, a equipe da Secretaria realizava intervenções diretas com os professores, nas visitas às escolas.

As crianças com deficiência mental ou intelectual, segundo o assessor principal, também podiam responder à prova. Entretanto, o resultado não era computado para não comprometer os alunos e não prejudicar as escolas. Crianças com deficiências físicas faziam a prova normalmente.

Em relação às crianças com deficiência, de acordo com o assessor principal da Secretaria, a rede possuía um trabalho estruturado, com acompanhamento da aprendizagem por profissionais especializados.

Algumas escolas, segundo o técnico da Secretaria, passaram a se organizar melhor a partir da sistematização dos resultados das avaliações externas, tanto para as questões operacionais da prova quanto para uso das informações no sentido de melhorar o trabalho pedagógico.

O Sarinfo, por sua vez, foi criado em 2006, constituindo-se como uma avaliação externa informatizada, em que os alunos respondiam à prova no computador. Era dirigida aos estudantes do 4º ano do Ensino Fundamental, com o objetivo de “avaliar a aprendizagem, diagnosticar as dificuldades e, a partir daí, promover ações de melhoria do processo de ensino-

aprendizagem”. A prova era aplicada no mês de setembro de cada ano. Os alunos eram avaliados em Língua Portuguesa, produção de texto, oratória e Matemática.

Cabe informar, ainda, que o fluxo escolar era acompanhado por meio de aulas de reforço e recuperação, com o propósito de diminuir a distorção idade-série. Em 2006, de acordo com os entrevistados, a rede possuía em torno de 12% de defasagem idade-série. Em 2009, esse percentual havia caído para 2%.

As escolas também contavam com professores volantes, que cobriam faltas de colegas ou que estavam de licença e, ainda, se responsabilizavam por conduzir aulas de reforço e recuperação. Além dos volantes, a rede possuía estagiários de Pedagogia, que eram remunerados e podiam substituir professores que faltavam por mais de três dias consecutivos.

Ações de intersetorialidade e intergovernabilidade

Em 2009, quando a equipe da Pesquisa Ideb visitou o município de Marília, detectou-se a existência de integração das ações da área educacional “com um conjunto de políticas setoriais”, envolvendo as secretarias de assistência social e saúde.

A parceria com a assistência social envolvia projetos voltados para crianças e adolescentes com situação socioeconômica desfavorecida, no contraturno das aulas, em que educadores sociais realizavam ações de reforço escolar e acompanhavam das tarefas de casa. No âmbito da parceria, os alunos recebiam, também, alimentação, vestuário e formação profissional (em articulação com programas do governo federal e do Senai), além de participarem de atividades de arte e cultura. O acompanhamento dessas crianças e adolescentes era feito conjuntamente pela assistência social e as escolas.

Já com a Secretaria de Saúde, o trabalho conjunto visava, principalmente, a saúde bucal dos estudantes, com agentes de saúde que visitavam as escolas todas as semanas para ensinar e manter hábitos de higiene.

Além das parcerias com essas secretarias, a rede municipal de educação possuía “programas de educação no trânsito e projetos esportivos nas escolas, como xadrez e tênis de mesa, além de aulas de basquete realizadas no contraturno escolar”.

A rede municipal de educação também estabelecia articulações com os governos estadual e federal, por meio de convênios e programas. Com o governo do estado, a relação voltava-se, principalmente, para o dimensionamento da demanda educacional, tanto da Educação Infantil quanto do Ensino Fundamental e, também, para a operacionalização de

transporte e merenda escolar. A articulação com o governo federal estreitou-se por meio do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), que favoreceu o repasse de recursos para o município. Os entrevistados destacaram, ainda, os programas Escola de Gestores, Pró-letramento e o PNLD.

Por fim, identificaram-se articulações da Secretaria Municipal de Educação com a União dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), com o Instituto Ayrton Senna, com o Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec) e com a Universidade de Marília.

Por meio da Undime, da qual a secretária de Marília fazia parte, compondo a diretoria executiva da entidade, o município participou do curso Pró-gestão, realizando a formação de diretores e professores. A Undime, segundo a secretária, facilitava a aproximação entre os governos estadual e federal, o que era positivo para as redes municipais, que se beneficiavam dessa aproximação.

A parceria com o Instituto Ayrton Senna se dava por meio da participação da rede no programa Escola Campeã, cujo objetivo era “contribuir com a melhoria da qualidade do Ensino Fundamental por meio da implementação, sistematização e disseminação de metodologias de fortalecimento da gestão de Secretarias Municipais de Educação e de unidades escolares”. Essa parceria, segundo a secretária, era anterior à sua gestão na Secretaria e colaborou no sentido de ensinar aos profissionais da educação como “trabalhar com indicadores para melhorar a qualidade da educação”.

A rede municipal de educação participou, também, do Programa Melhoria da Educação no Município, promovido pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), já na gestão da secretária, que participou da pesquisa Ideb, tornando-se “uma referência regional em educação”.

A Universidade de Marília, por meio de seu Centro de Atendimento Multidisciplinar (CAM), recebia alunos com deficiência, encaminhados pelas escolas municipais “para atendimento específico por uma equipe multidisciplinar”.

1.5 Facilitadores e dificultadores para a implementação da política educacional

Diferentes fatores contribuiriam para a implementação da política educacional da rede municipal de educação de Marília, segundo os entrevistados.

Para a secretária de Educação, esses fatores relacionavam-se: i) ao comprometimento da equipe técnica da Secretaria; ii) a possuir a totalidade dos professores da rede concursados; iii) ao apoio tanto do prefeito quanto dos vereadores do município ao trabalho desenvolvido na Pasta da Educação.

Já o assessor principal e um técnico da Secretaria consideraram que as relações interpessoais estabelecidas com os professores e diretores era determinante para o desenvolvimento do trabalho na Secretaria e do trabalho pedagógico das escolas, além do investimento na realização de estudos e pesquisas, associados ao planejamento, como um elemento facilitador da implementação das ações e do foco pedagógico presente nas ações da Secretaria. A exigência de eficácia, compreendida como o alcance de bons resultados na rede, foi indicada como outro fator que contribuiu para o bom andamento do trabalho pedagógico e implementação da política.

A diretora da escola visitada pela equipe da Pesquisa Ideb apontou como fatores facilitadores de seu trabalho o envolvimento com e da equipe escolar e o vínculo que a escola estabelece com a comunidade. Já a coordenadora pedagógica citou a autonomia e a credibilidade das quais a unidade desfruta, tendo sido complementada pela diretora, que afirmou que essa autonomia se estendia também aos docentes.

No que tange às dificuldades, a secretária de Educação destacou a burocracia da gestão pública e os entraves para dar respostas concretas para os problemas. O absentéismo docente também foi citado por ela como uma questão que merece atenção na rede. Ainda que as escolas possuam professores volantes e estagiários para cobrir as faltas, para a secretária essa é uma questão cultural existente na maior parte das redes, e que precisa ser combatida.

Já o assessor principal assinalou “a falta de integração entre teoria e prática na formação inicial dos professores”, tendo sido complementado pelo técnico entrevistado, que afirmou que essa falta de interação contribui para a desvalorização dos professores.

Também os problemas sociais, como a violência e a desestruturação familiar, foram apontados como dificultadores da implementação da política educacional, pois, segundo os entrevistados, interferem nas relações interpessoais e no trabalho pedagógico. Esse contexto desencadeia casos de indisciplina nas escolas, com os quais os docentes e a gestão escolar têm dificuldade de lidar. Para o assessor principal, fazia-se necessário o desenvolvimento de um projeto na rede — para o qual ele afirmou que estava trabalhando —, destinado à

problematização do que é disciplina e como lidar com essa questão, junto aos profissionais das escolas.

Por fim, foram indicados problemas nas práticas de gestão de algumas escolas nas quais os diretores possuíam uma postura autoritária e paternalista. Para sanar essa situação, a rede realizou curso para gestores escolares a fim de problematizar conceitos como poder e responsabilidade.

Os entrevistados assinalaram que a melhoria da qualidade do ensino constitui-se como um grande desafio, pois não se trata apenas de garantir acesso aos estudantes, mas de primar pela permanência com aprendizado.

2 Resultados alcançados

A política educacional implementada pela rede municipal de educação de Marília, na primeira década do século XXI, foi conduzida por uma equipe de técnicos, eminentemente focada nos aspectos pedagógicos, que apresentava pouca rotatividade e que recebia apoio dos poderes Executivo e Legislativo para as ações desenvolvidas na rede. Esses fatores, aparentemente, somados à permanência da secretária de Educação e da maior parte de sua equipe por três mandatos consecutivos, contribuíam para o fortalecimento e a continuidade das ações.

O planejamento articulado entre Secretaria e escolas, com acompanhamento das ações educativas e da formulação e implementação do projeto pedagógico de cada unidade, por parte da Secretaria, colaborou para a estruturação do trabalho pedagógico na rede. A elaboração do Semanário, em que professores e coordenadores construía o planejamento semanal das aulas, analisando as ações realizadas e as que estavam por vir, constituiu-se como um dos principais instrumentos de organização da política educacional, sendo ao mesmo tempo formativo para os profissionais da educação e indicativo dos redirecionamentos a serem efetuados no trabalho pedagógico.

O investimento na formação dos profissionais da rede (docentes e gestores), com vistas a disseminar a importância de uma prática que objetivasse a melhoria da educação, menos autoritária e mais integradora, colaborou para a construção de uma visão de que todos os alunos podem e devem aprender.

Somado a isso, a construção de um currículo para a rede, adequado à realidade local, ajudou a estruturar o trabalho dos professores e a difundir a ideia de que todos os alunos

deveriam acessar os mesmos conteúdos e atividades, assegurando, desse modo, maior equidade na rede.

A regulação do trabalho por meio de avaliações externas e monitoramento da aprendizagem dos estudantes também se colocou como condição, na visão dos entrevistados, para garantir a melhoria dos resultados e maior distribuição das aprendizagens. Além disso, Marília apresentou, por meio dos resultados obtidos em avaliações externas, maior equidade e uma distribuição mais justa do conhecimento, conforme evidenciado por Ribeiro (2012).

Segundo a autora, os entrevistados apresentaram uma visão complexa sobre como obter maior equidade educacional, pois, se de um lado consideram que para garanti-la é necessária maior regulação, de outro compreendem que o uso dos resultados das avaliações não pode centrar-se apenas nas médias, que seriam enganosas e poderiam esconder desigualdades. Essa visão parece ter se materializado nas práticas encetadas pela rede e pôde ser verificada por Ribeiro (2012) na distribuição dos resultados obtidos na proficiência Matemática da Prova Brasil 2007, pelo município, em que percentuais elevados dos estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental ficaram acima das notas 200 e 225, estabelecidas por Alves (2009) e pelo MEC (2007) como parâmetro de corte para um desempenho considerado adequado.

A articulação intersetorial e intergovernamental da rede municipal de educação de Marília parece ter sido outro fator que auxiliou no trabalho de acolhimento dos alunos com maior vulnerabilidade social, integrando-os à escola e desencadeando ações contributivas para garantir a permanência desses estudantes nas escolas.

Marília foi classificado pelo IPRS 2006 como um município com baixo nível de riqueza e alto nível nos indicadores de escolaridade. Para Ribeiro (2012, p. 178), isso “reforça evidências de que se trata de uma localidade que tem feito esforços relativos às questões educacionais”. Vale informar que essa situação se manteve na medição do índice dos anos de 2008, 2010, 2012 e 2014. Os dados relativos ao IDHM apresentam a mesma tendência.

Nesse contexto, a autora defende que “a equidade nas redes escolares é fruto da ação intencional do Estado e que, na escola, depende do monitoramento de processos e resultados devido aos conflitos que envolvem a realização da educação escolar de massa” (RIBEIRO (2012, p. 216).

De acordo com Ribeiro (2012), com base em tratamento estatístico dos dados de proficiências dos alunos do Ensino Fundamental 1 de 2007, Marília se destacava como estando entre as redes mais justas do estado de São Paulo, no que concerne à capacidade de distribuição

do conhecimento, a despeito do nível socioeconômico dos alunos. Cerca de 61% dos alunos de nível socioeconômico mais baixo alcançavam o nível 200, valor estabelecido por Alves (2009) como nota de corte para o desempenho adequado de proficiência em Matemática na Prova Brasil. Na maior parte das 19 redes municipais classificadas entre as mais equitativas (grupo 3), esse percentual gira em torno de 40% e 50%. Na Tabela 10, a seguir, registra-se o detalhamento dessas informações.

Tabela 10 – Redes escolares municipais mais justas do estado de São Paulo (mais de 5 mil matrículas – 4ª série/5º ano EF)

Municípios	Média NSE dos alunos*	Proficiência média dos alunos	CV	Média das proficiências dos alunos tercil menor NSE	% alunos 200 ou mais	% alunos 200 ou mais (tercil NSE mais baixo)
Araçatuba	-0,1	211,11	0,21	206,36	59,3	54,4
Barretos	-0,11	210,56	0,21	203,82	58,2	52,2
Caraguatatuba	-0,16	206,43	0,22	200,18	53,1	47,2
Franca	-0,2	212,38	0,22	207,72	59,2	55,6
Guaratinguetá	-0,11	205,02	0,21	196,63	51,2	42,8
Indaiatuba	-0,06	225,2	0,19	219,22	71,6	65,8
Itapetininga	-0,23	209,34	0,22	199,4	59,2	52,5
Itapeva	-0,3	213,48	0,22	206,69	58,5	52,2
Itatiba	-0,07	209,05	0,21	198,2	55,6	45,1
Leme	-0,19	204,96	0,22	195,22	50,2	42,4
Lorena	-0,12	206,13	0,2	197,63	54,1	47,6
Marília	-0,13	225,43	0,22	216,21	68,2	61,4
Mogi das Cruzes	-0,12	207,33	0,21	200,04	54,2	47,9
Ourinhos	-0,11	210,71	0,22	200,55	55	48,3
Pindamonhangaba	-0,18	209,68	0,21	202,83	56,8	50,2
Sta Bárbara d'Oeste	-0,08	221,68	0,21	212,63	64,6	57,9
Sertãozinho	-0,12	232,07	0,2	221,76	74,2	65,8
Sumaré	-0,03	211,42	0,19	203,43	59,4	51,9
Votorantim	-0,1	213,84	0,22	206,77	59,9	50,7

Fonte: Ribeiro (2012, p. 218).

Outros indicadores que expressam o esforço do município de Marília no combate às desigualdades educacionais dizem respeito à diminuição da distorção idade-série e do aumento das taxas de aprovação nos anos iniciais do Ensino Fundamental, sendo que os resultados são mais satisfatórios que os alcançados pelo conjunto de redes municipais do estado de São Paulo e do Brasil, nos anos de 2007 a 2010.

Segundo Ribeiro (2012), a rede municipal de educação mariliense, além de ter aumentado a média na proficiência de Matemática, medida pela Prova Brasil, em quase 23 pontos, de 2007 para 2009, obteve, no ano de 2009, média superior à das escolas particulares do país: 248 contra 240. Além disso, os resultados obtidos no Índice de Desenvolvimento da

Educação Básica (Ideb), em todos os anos em que o indicador foi calculado, superaram as metas projetadas pelo governo federal, sendo que o valor previsto para 2021 (7,2) foi obtido pela rede em 2017.

Em relação às taxas de rendimento (aprovação, reprovação e abandono), a rede municipal de educação de Marília apresentou, de 2007 a 2010, percentuais elevados de aprovação no Ensino Fundamental, tendo registrado menor percentual apenas no 3º ano, ainda que a taxa tenha apresentado melhoria entre os anos observados. Observa-se, ainda, comparadas às redes municipais do estado de São Paulo, e principalmente do Brasil, que a rede municipal de Marília aprovou mais em praticamente todas as séries/anos dos anos iniciais (Tabela 11)¹¹.

Tabela 11 – Taxas de rendimento dos anos iniciais do EF nas redes municipais de educação (Brasil, estado de São Paulo e Marília), 2007-2010

Ano	Abran gência	Aprovação					Reprovação					Abandono				
		1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º	1º	2º	3º	4º	5º
2007	Brasil	92,1	78,6	80,6	85,2	85,9	4,6	16,4	16,1	11,4	10,6	3,3	5	3,3	3,4	3,5
	Estado	98,5	93,9	91,6	96,1	91,2	1,1	5,6	8,2	3,6	8,5	0,4	0,5	0,2	0,3	0,3
	Marília	100	99,2	88,2	93,6	96,7	0	0,8	11,8	6,4	3,3	0	0	0	0	0
2008	Brasil	92,9	80,3	80,8	85,9	86,4	4,1	15,4	16,1	11	10,4	3	4,3	3,1	3,1	3,2
	Estado	98,7	94,5	91,8	96,7	92,2	0,9	5,1	8	3,1	7,6	0,4	0,4	0,2	0,2	0,2
	Marília	-	99,4	94,4	96	98,7	-	0,6	5,6	3,9	1,3	0	0	0	0	0
2009	Brasil	94,2	83,3	82	86,7	87,3	3,4	13,5	15,5	10,7	10,1	2,4	3,2	2,5	2,6	2,6
	Estado	98,6	95	91,9	96,5	92,5	1,1	4,6	7,9	3,3	7,2	0,3	0,4	0,2	0,2	0,3
	Marília	99,8	99,5	92,4	97,1	99,2	0,2	0,5	7,6	2,8	0,8	0	0	0,1	0	0
2010	Brasil	95,1	86,7	83,2	87,8	88,1	2,9	11,1	14,7	10,1	9,5	2	2,2	2,1	2,1	2,4
	Estado	98,6	94,9	91,8	96,7	93,1	1	4,9	8	3,1	6,6	0,4	0,2	0,2	0,2	0,3
	Marília	99,8	99,8	93,2	96,7	99,4	0,2	0,2	6,7	3,2	0,5	0	0	0,1	0,1	0,1

Fonte: Inep/Censo escolar: Indicadores Educacionais.

As taxas de distorção idade-série, em Marília, de 2007 a 2010, apresentam-se menores que as médias das redes municipais do estado de São Paulo e do Brasil. Ademais, observa-se que houve diminuição da distorção para todos os anos do EF1, com exceção do 5º ano, que apresenta aumento de 6,1% para 7%. A Tabela 12 e o Gráfico 1 ilustram essa situação.

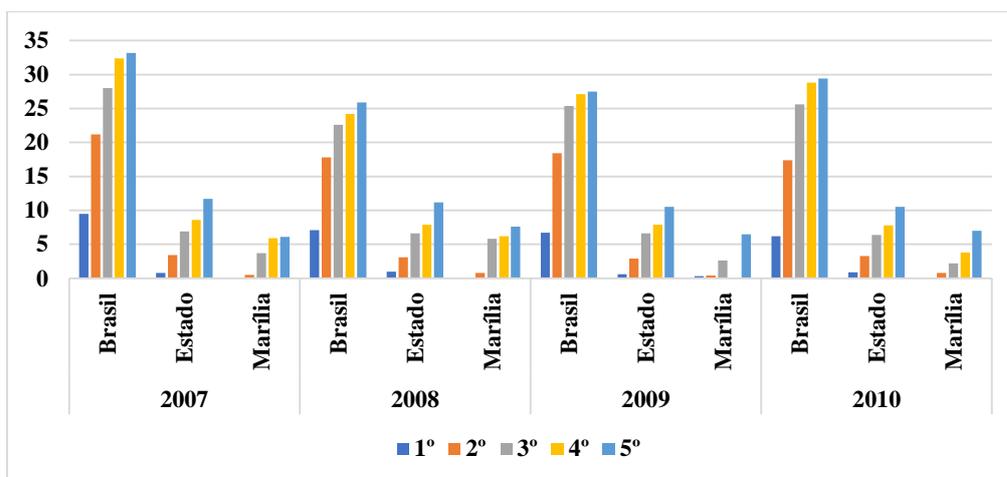
¹¹ Disponível em: <http://inep.gov.br/indicadores-educacionais>. Acesso em: 10 abr. 2019.

Tabela 12 – Distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em redes municipais de educação (Brasil, estado de São Paulo e Marília), 2007 a 2010

Ano	Abrangência	Séries/Anos				
		1°	2°	3°	4°	5°
2007	Brasil	9,5	21,2	28	32,4	33,2
	Estado	0,8	3,4	6,9	8,6	11,7
	Marília	-	0,5	3,7	5,9	6,1
2008	Brasil	7,1	17,8	22,6	24,2	25,9
	Estado	1	3,1	6,6	7,9	11,2
	Marília	-	0,8	5,8	6,2	7,6
2009	Brasil	6,7	18,4	25,4	27,1	27,5
	Estado	0,6	2,9	6,6	7,9	10,5
	Marília	0,3	0,4	2,6	6,9	6,5
2010	Brasil	6,2	17,4	25,6	28,8	29,4
	Estado	0,9	3,3	6,4	7,8	10,5
	Marília	0,1	0,8	2,2	3,8	7

Fonte: Inep/Censo escolar: Indicadores Educacionais.

Gráfico 1 – Distorção idade-série nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em redes municipais de educação (Brasil, estado de São Paulo e Marília), 2007 a 2010



Fonte: Inep/Censo escolar: Indicadores Educacionais.

Os dados coletados sobre a educação em Marília denotam que esta é uma rede que tem trabalhado, ao longo do tempo, para diminuir as desigualdades escolares de sua população. De acordo com Ribeiro (2012), “Marília se destaca por conseguir aumentar o desempenho dos alunos, num contexto de diminuição constante da reprovação, abandono e distorção idade-série e aumento de aprovação”.

O estudo de Ribeiro (2012) sobre Marília traz indícios de que o conjunto de iniciativas da rede municipal de educação, implementado de forma articulada entre a Secretaria e as

escolas, contribuiu para que o município figurasse entre as redes paulistas mais justas, ou seja, com maiores níveis de equidade educacional, nos anos iniciais do EF, no início deste século.

Referências

ALVES, F. **Qualidade na educação fundamental pública nas capitais brasileiras: tendências, contextos e desafios**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais/Secretaria de Educação Fundamental**. Brasília: MEC/SEF, 1997. 126 p.

BRASIL. Ministério da Educação. **PDE – Indicadores Gerais**. Brasília, 2010. Disponível em: <http://gestao2010.mec.gov.br/indicadores/chart_92.php>, acesso em 18/01/2012.

BRASIL. Ministério da Educação. **Indicadores Demográficos e Educacionais**. Brasília: 2012. Disponível em: <<http://ide.mec.gov.br/2011>>, acesso em 18/01/2012.

DUBET, F. Les dilemmes de la justice. In: DEROUET, J. C.; DEROUET-BESSON, M. C.. **Repenser la justice dans le domaine de l'éducation et de la formation**. Lyon: Peter Lang, 2009, p. 29-46

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas**. Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Marília, 2006. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas**. Índice Paulista de Responsabilidade Social (IPRS). Marília, 2014. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas**. Índice Paulista de Vulnerabilidade Social – IPVS. Marília, 2010. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

FUNDAÇÃO SEADE. **Informações dos Municípios Paulistas**. PIB per capita. Marília, 2008. Disponível em: <http://www.imp.seade.gov.br>. Acesso em: 12 abr. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: Infraestrutura Básica**. Brasília: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Infraestrutura Básica**. Brasília: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: População de Marília**. Brasília: IBGE, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: População de Marília**. Brasília: IBGE, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Municípios Contínua**. Educação 2017: Pnad Contínua. Brasília: IBGE/Pnad, 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101576_informativo.pdf. Acesso em: 19 maio 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE CIDADES. **Histórico do município de Marília**. Brasília: IBGE, 2019. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/marilia/panorama>, acesso em 05/06/2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Censo Escolar, 2010**. Brasília: Inep, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da Educação Básica 2010**. Brasília: Inep, 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/básica-sinopse-sinopse>. Acesso em: 5 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Distorção Idade-série 2007–2010**. Indicadores Educacionais. Censo Escolar. Brasília: Inep, 2007–2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 14 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Taxas de Rendimento 2007–2010**. Indicadores Educacionais. Censo Escolar. Brasília: Inep, 2007–2010. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>. Acesso em: 14 abr. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Ideb – Resultados e Metas**. Marília. Brasília: Inep, 2019. Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2512431>. Acesso em: 10 abr. 2019.

PREFEITURA DE MARÍLIA. **Dados de Marília**. Marília, 2019. Disponível em: <http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/marilia/dados-de-marilia/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PREFEITURA DE MARÍLIA. **Secretaria Municipal da Educação divulga balanço do ano de 2017**. Marília, 2017. Disponível em: <http://www.marilia.sp.gov.br/prefeitura/secretaria-municipal-da-educacao-divulga-balanco-do-ano-de-2017/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Atlas**: tabelas de ranking do IDHM. Brasília, 2012.

RIBEIRO, Vanda Mendes. **Justiça na escola e regulação institucional em redes de ensino do estado de São Paulo**. 455 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (Feusp), São Paulo, 2012.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Números do Brasil**. 2011. Disponível em: <http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-no-brasil/numeros-do-brasil/brasil/>, acesso em 18/01/2012.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. FEUSP. **Relatório do município de Marília/SP**. Pesquisa bons resultados no Ideb: estudo exploratório de fatores explicativos. São Paulo: Pesquisa Ideb/Feusp, 2011. 98 p.